



Mercator - Revista de Geografia da UFC
E-ISSN: 1984-2201
edantas@ufc.br
Universidade Federal do Ceará
Brasil

Oliveira Salvador, Diego Salomão Candido de
A MODERNIZAÇÃO DA ATIVIDADE MANDIOQUEIRA E USO ATUAL DO TERRITÓRIO DO
AGreste POTIGUAR
Mercator - Revista de Geografia da UFC, vol. 9, núm. 20, septiembre-diciembre, 2010, pp. 93-117
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273619430008>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

A MODERNIZAÇÃO DA ATIVIDADE MANDIOQUEIRA E USO ATUAL DO TERRITÓRIO DO AGRESTE POTIGUAR

Prof. Msc. Diego Salomão Cândido de Oliveira Salvador
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro Regional de Ensino Superior do Seridó
Rua Joaquim Gregório, Penedo - CEP: 59300-000 - Caico (RN), Brasil
Tel.: (+ 55 84) 3421 4870 - diegosalomao84@hotmail.com

RESUMO

A mandioca foi, até a década de 1980, no Agreste Potiguar, uma planta cultivada predominantemente para a subsistência dos trabalhadores rurais. A partir da década citada, a referida atividade começa a ser modernizada, o que ocasiona mudanças técnicas, nas relações de trabalho e no uso do território. Assim sendo, objetivamos, no presente trabalho, analisar as mudanças nas técnicas e nas relações de trabalho que vêm sendo implementadas com o processo de modernização da atividade mandioqueira no Agreste Potiguar, bem como compreender a função dessa atividade no uso atual do território do Agreste Potiguar. Para atingir tais objetivos, realizamos pesquisa bibliográfica, acerca dos conceitos e temas que permeiam as discussões do trabalho, e pesquisa empírica, entrevistando produtores de mandioca e proprietários de casas ou de indústrias de farinha do território em questão. Como consideração final, enfatizamos que, no contexto de modernização, a mandioca não é mais um mero gênero de subsistência no Agreste Potiguar, mas sim uma mercadoria que é produzida e transformada, sobretudo nas indústrias, de acordo com padrões pré-estabelecidos, visando prover o abastecimento de mercados internos e externos.

Palavras-chave: Modernização da atividade mandioqueira. Agreste Potiguar. Uso do território.

ABSTRACT

Cassava was, until the 1980s, the Agreste Potiguar, a plant grown mainly for subsistence of rural workers. From the decade mentioned, that activity is beginning to be modernized, which leads to technical changes in labor relations and territory use. Therefore, the objective of the present study, to analyze the changes in techniques and in working relationships that have been implemented with the modernization process of the activity mandioqueira in the Agreste Potiguar and to understand the function of this activity in the current use of the territory of the Agreste Potiguar . To achieve these goals, we conducted bibliographic research about the concepts and themes that permeate the discussions of the work, and empirical research, interviewing cassava producers and owners of homes or industries of flour from the territory in question. As a final consideration, we emphasize that in the context of modernization, cassava is no longer merely a kind of livelihood in the Agreste Potiguar, but a commodity that is produced and processed, especially in industries, according to established standards, aiming to provide the supply of domestic and foreign markets.

Key words:Modernization of mandioqueira activity. Agreste Potiguar. Use of the territory.

RÉSUMÉ

Le manioc a été, avant les années 1980, au Agreste Potiguar, une plante cultivée principalement pour la subsistance des travailleurs ruraux. De la décennie mentionnée, l'activité commence à être modernisée, ce qui conduit à des changements techniques dans les relations du travail et de l'utilisation des terres. Par conséquent, l'objectif du présente étude est analyser l'évolution des techniques et des relations de travail qui ont été mis en œuvre avec le processus de modernisation de l'activité mandioqueira au Agreste Potiguar et comprendre la fonction de cette activité dans l'utilisation actuelle du territoire du Agreste Potiguar. Pour atteindre ces objectifs, nous avons effectué des recherches bibliographiques sur les concepts et les thèmes qui imprègnent les discussions de l'œuvre, et la recherche empirique, en interrogeant les producteurs de manioc et les propriétaires des maisons ou des industries de la farine à partir du territoire en question. Comme un examen final, nous soulignons que dans le contexte de la modernisation, le manioc n'est plus simplement une sorte de moyens de subsistance dans le Agreste Potiguar, mais un produit qui est produit et traité, en particulier dans les industries, selon les normes établies, visant à fournir l'approvisionnement des marchés intérieurs et étrangers.

Mots-clé: Modernisation de l'activité mandioqueira. Agreste Potiguar. L'utilisation du territoire.

INTRODUÇÃO

A mandioca foi, até a década de 1980, no Agreste Potiguar (figura 1), uma planta cultivada predominantemente para a subsistência dos trabalhadores rurais, sendo esse cultivo marcado por grande conteúdo cultural, explicitado no momento de realização das farinhadas . A partir da década citada, a referida atividade começa a ser modernizada, e a mandioca é transformada em um produto destinado ao mercado de fabricação e de comercialização da farinha e de outros derivados, como a goma (amido).



Figura 1 - Agreste Potiguar no âmbito do Rio Grande do Norte

Fonte de dados: IBGE, 2007.

Organização: Diego Salomão C. O. Salvador, 2010.

Assim sendo, objetivamos analisar as mudanças nas técnicas e nas relações de trabalho que vêm sendo implementadas, desde a década de 1980, a partir do processo de modernização da atividade mandioqueira no Agreste Potiguar, bem como compreender a função dessa atividade no uso atual do território do Agreste Potiguar. Para atingir tais objetivos, trazemos à tona reflexões sobre a modernização da atividade mandioqueira fomentada no Agreste Potiguar, colocando em tela as transformações nas técnicas e nas relações de trabalho implementadas a partir da modernização dessa atividade; e sobre a função dessa atividade no uso atual do território em estudo, destacando que a produção de mandioca e sua transformação em farinha e em outros derivados não vêm acontecendo mais com a função predominante de atender às necessidades de subsistência dos nordestinos e, especificamente, dos agrestinos, mas sim de atender os escopos do mercado.

A metodologia para a realização do trabalho foi permeada por pesquisa bibliográfica e por pesquisa empírica. A primeira consistiu na busca de referenciais contidos em livros, em textos de periódicos, em monografias, em dissertações e em teses que propiciassem discussões pertinentes aos temas que permeiam a temática do trabalho.

Já a pesquisa empírica consistiu na realização de entrevistas estruturadas com produtores de mandioca e proprietários de casas ou de indústrias de farinha do Agreste Potiguar. Na realização dessas entrevistas e conversas preservamos a identidade dos interlocutores, o que lhes deixou mais à vontade para nos fornecerem informações importantes sobre o desencadear da modernização da atividade mandioqueira no Agreste Potiguar.

Entre a segunda metade do ano de 2008 e todo o ano de 2009, entrevistamos : 45 produtores de mandioca do Agreste, com os objetivos de conhecer as mudanças que vêm sendo implementadas no cultivo da mandioca no período atual, de apreender o circuito espacial de produção e comer-

cialização da mandioca e de observar as situações de trabalho e de vida em que esses agentes se encontravam; 23 proprietários de casas ou de indústrias de farinha, com os objetivos de apreender as mudanças técnicas e nas relações de trabalho que vêm sendo implementadas no contexto de modernização da atividade mandioqueira no referido território e de conhecer o circuito espacial de transformação da mandioca e de comercialização da farinha. Asseveramos que as informações dadas por esses agentes foram sumamente importantes para termos a possibilidade de desenvolver uma análise acerca da modernização da atividade mandioqueira no território citado.

Feitos esses esclarecimentos, frisamos que o trabalho é iniciado por reflexões sobre o destaque da atividade mandioqueira no uso atual do território do Agreste Potiguar. Logo após, partimos para a análise da modernização dessa atividade no território em questão.

O USO ATUAL DO TERRITÓRIO DO AGRESTE POTIGUAR

Para destacar o uso atual do território do Agreste Potiguar, vamos explicitar as atividades econômicas que perpassam esse uso, bem como as posições de hegemonia ou não dos diversos agentes sociais que expressam objetos e ações nesse processo, visando atender, sobretudo, seus anseios particulares. Faremos isso ancorados na ideia de que a análise do uso do território deve atentar para todas as atividades e todos os agentes sociais existentes, que, de maneira desigual, contraditória e combinada atuam na construção do território, que, desse modo, apresenta-se como sinônimo de espaço banal (SANTOS, 1999, 1996).

Dois motivos nos levam a explicitar o uso atual do território do Agreste Potiguar: primeiro, devemos deixar claro para o leitor que o uso atual do território em questão não vem ocorrendo apenas por meio da atividade mandioqueira. Existem outras atividades que marcam esse uso, as quais serão explicitadas; segundo, o Agreste Potiguar é simbolizado em estudos da literatura geográfica norte-rio-grandense como um território perpassado por estagnação econômica e graves problemáticas sociais (COSTA, 2005; GONÇALVES, 2005), como um território esquecido no âmbito da reestruturação da economia do Rio Grande do Norte, intensificada a partir da década de 1970. Não compartilhamos do pensamento de que o Agreste esteja estagnado economicamente, uma vez que o fato de haver graves problemas sociais no território confirma que o crescimento econômico capitalista se faz presente nesse, logicamente não da maneira e nem com a mesma intensidade que se faz presente em outros territórios. Isso é compreendido quando evidenciamos que dentre os fundamentos do capitalismo estão a selevidade e a desigualdade (NOVACK, TROTSKY e MORENO, 1981; HARVEY, 2004).

Na atualidade, uma parcela do quadro econômico do Agreste Potiguar é preenchida por atividades da agricultura. Com isso, poder-se-ia até pensar que a economia desse território não tivesse passado por alterações, devido a esse ter sua formação atrelada ao Sistema Gado-Policultor, ou seja, ao cultivo de produtos agrícolas e de gêneros de subsistência e à criação de gado. Todavia, essas atividades ganham, nos dias atuais, novas características, sendo marcadas pelo uso de novas técnicas em busca de maiores produtividades e, consequentemente, de maiores lucros.

Em 2008, de acordo com os dados mais recentes do IBGE, as lavouras permanentes dos municípios agrestinos eram marcadas pelos seguintes produtos: castanha-de-caju, coco-da-baía, goiaba, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, banana e abacate (tabela 1) (IBGE, 2009). Em relação a esses produtos, destacamos a castanha-de-caju, que é produzida em todos os municípios agrestinos e beneficiada em indústrias localizadas, por exemplo, em São Paulo do Potengi, e o coco-da-baía e a manga, que são produzidos em grande parcela desses municípios. Os dados da tabela 01 mostram que a castanha-de-caju foi, em 2008, inclusive, o produto com a maior área plantada e colhida, a maior quantidade produzida e o maior valor da produção (em mil reais) dentre todos os cultivados permanentemente no Agreste Potiguar.

Tabela 1 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente na microrregião do Agreste Potiguar, 2008

LAVOURA PERMANENTE	ÁREA PLANTADA (HECTARES)	ÁREA COLHIDA (HECTARES)	QUANTIDADE PRODUZIDA	VALOR DA PRODUÇÃO (MIL REAIS)
Total	6.380	6.380	-	5.017
Abacate (Toneladas)	3	3	27	9
Banana (cacho) (Toneladas)	82	82	1.359	638
Castanha de caju (Toneladas)	5.404	5.404	2.174	1.928
Coco-da-baía (Mil frutos)	549	549	1.535	564
Goiaba (Toneladas)	20	20	104	73
Laranja (Toneladas)	35	35	278	103
Limão (Toneladas)	19	19	99	58
Mamão (Toneladas)	59	59	1.182	450
Manga (Toneladas)	191	191	2.624	1.024
Maracujá (Toneladas)	18	18	217	170

Fonte: IBGE, 2009.

Em relação à lavoura temporária, produziram-se, em 2008, os seguintes itens: algodão herbáceo, batata-doce, feijão, mandioca, milho, sorgo granífero em grão, fava, abacaxi (com destaque para Ielmo Marinho), cana-de-açúcar (com destaque para Brejinho), tomate e girassol (IBGE, 2009). De todos esses produtos, o que apresentou a maior área planta e colhida, a maior produção e o maior valor (em mil reais) foi a mandioca (tabela 2), a qual se faz presente nas lavouras temporárias de todos os municípios do Agreste Potiguar. Como vemos neste trabalho, a atividade mandioqueira vem sendo modernizada no Agreste Potiguar a partir de transformações técnicas e nas relações de trabalho, o que ocasiona também modificações na organização da atividade no território.

Ainda sobre a lavoura temporária, é imprescindível apontar para dois produtos que são produzidos em todos os municípios agrestinos: o feijão e o milho. Faz parte do cotidiano (da vida) dos agrestinos, sobretudo dos camponeses, o plantio desses gêneros alimentícios no momento em que ocorrem as chuvas do “inverno”. O feijão e o milho, desse modo, representam significativa parcela da subsistência das famílias dos homens que plantam os roçados no Agreste. Contudo, não podemos deixar de destacar o cultivo de feijão irrigado que existe no território, como em Vera Cruz, o qual tem como principal objetivo o abastecimento de mercados norte-rio-grandenses.

A pecuária também se apresenta no quadro das atividades econômicas atuais do Agreste Potiguar. A criação de gado, sobretudo o leiteiro, apresentou, em 2008, destaque em Ielmo Marinho, Monte Alegre e Nova Cruz, sendo que, nesse ano, 166.682 cabeças de gado eram criadas no Agreste, equivalendo a 19% do rebanho bovino do Rio Grande do Norte (Ibid.). Esse gado é criado com o principal objetivo da geração do leite para o abastecimento de mercados potiguares, principalmente, o natalense. Para tanto, a pecuária atual do Agreste Potiguar é marcada pelo uso de técnicas modernas, o que proporciona a produção de leite pasteurizado e de derivados (iogurte e queijo, por exemplo) de alta qualidade, de acordo com os padrões industriais. Segundo o IBGE (2009), foram produzidos, em 2008, 23.926 milhões de litros de leite no Agreste, o que equivale a 13% do leite produzido no estado, destacando-se os municípios de Monte Alegre, Serrinha, Bom Jesus, Nova Cruz e Ielmo Marinho.

Entretanto, a pecuária agrestina na atualidade não é representada apenas pela criação de gado leiteiro. A avicultura é uma atividade que vem se expandindo nos últimos anos, com destaque para os municípios de Januário Cicco, Vera Cruz, Monte Alegre, Lagoa de Pedras, Brejinho, Serrinha, Passagem, Várzea, Lagoa d'Anta e Passa e Fica. Nesses, o número de cabeças de frango supera

o de cabeças de gado (*Ibid.*). Nesse sentido, a avicultura agrestina é realizada com o objetivo de abastecer com carne de frango os mercados locais e estaduais, em especial o natalense, bem como de participar da subsistência de muitas famílias agrestinas.

Tabela 2 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária na microrregião do Agreste Potiguar, 2008

LAVOURA PERMANENTE	ÁREA PLANTADA (HECTARES)	ÁREA COLHIDA (HECTARES)	QUANTIDADE PRODUZIDA	VALOR DA PRODUÇÃO (MIL REAIS)
Total	55.565	53.203	-	86.642
Abacaxi (mil frutos)	699	699	17.500	10.500
Algodão herbáceo (em caroço) (toneladas)	586	577	565	521
Batata-doce (toneladas)	812	812	6.580	2.988
Cana-de-açúcar (toneladas)	3.670	3.670	246.113	8.685
Fava (em grão) (toneladas)	579	579	280	375
Feijão (em grão) (toneladas)	15.813	14.112	6.379	9.967
Girassol (em grão) (toneladas)	138	138	110	92
Mandioca (toneladas)	20.228	20.228	274.030	48.414
Milho (em grão) (toneladas)	12.765	12.113	8.596	4.875
Sorgo (em grão) (toneladas)	269	269	260	82
Tomate (toneladas)	6	6	111	143

Fonte: IBGE, 2009.

No tocante à estrutura empresarial do Agreste Potiguar, informações do IBGE (2007) mostram a existência, em 2004, dos seguintes ramos empresariais no território: a) agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; b) indústrias de transformação; c) produção e distribuição de eletricidade, gás e água; d) construção; e) comércios; f) alojamento e alimentação; g) transporte, armazenagem e comunicações; h) intermediação financeira; i) administração pública, defesa e segurança social; j) educação; l) outros serviços coletivos, sociais e pessoais; m) indústrias extrativas; n) pesca; o) saúde e serviços sociais; e p) atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas. Desses ramos empresariais, podemos dizer que aquele que apresenta considerável destaque em todos os municípios agrestinos é o do comércio.

Os estabelecimentos comerciais e/ou prestadores de serviços, sobretudo os de pequeno porte, se fazem presente em todos os municípios agrestinos, sendo de suma importância para suas economias. É por meio desses estabelecimentos que são gerados vários empregos/ocupações para habitantes do Agreste, que muitas famílias garantem seu sustento e que os habitantes dos municípios do Agreste Potiguar podem ter acesso a vários produtos de que necessitam, eliminando, muitas vezes, a necessidade de se deslocarem para localidades distantes, como a capital do Estado. Esse destaque dos comércios de pequeno porte, que funcionam com organizações particulares, diferentemente das organizações típicas das grandes atividades, constitui-se uma questão que merece ser melhor estudada em outros trabalhos, que podem ter como base teórica as concepções de Santos (2008) acerca do circuito inferior da economia urbana das cidades dos países subdesenvolvidos.

Por fim, apontamos para as ações estatais, sobretudo as do poderio municipal, como sendo fundamentais no uso do território do Agreste Potiguar na contemporaneidade. Defendemos que a dimensão política é muito importante para compreendermos o território agrestino na atualidade. Podemos declarar que os municípios do Agreste são hoje marcados por novas forças que perpetuam velhas estruturas políticas, as quais são explicitadas nos pensamentos e nas ações predominantemente individualistas dessas novas forças, que atuam, dessa maneira, na geração e/ou na intensificação de várias das problemáticas sociais, econômicas e ambientais que perpassam o território em estudo.

Nessa perspectiva, a questão do uso político do território do Agreste Potiguar no período da globalização merece, assim como a questão da função dos comércios de pequeno porte para o desencadear da economia local, ser estudada com afinco em outros trabalhos, devido a sua importância para a situação atual em que se encontra o território em tela.

Dessa forma, evidenciamos que, nesse contexto apresentado, os agentes hegemônicos do capital são: os detentores dos meios de produção, que submetem os trabalhadores a seus anseios; os latifundiários, que continuam mantendo a posse da terra, deixando grande parte dos trabalhadores sem ter a possibilidade de cultivar seus próprios alimentos e algum excedente para a comercialização; e as autoridades políticas, que continuam a imprimir no território, predominantemente, suas próprias necessidades e as dos demais agentes econômicos hegemônicos. Assim, os trabalhadores prosseguem como os agentes não-hegemônicos, continuando a sobreviver em situações precárias de vida. Daí advém a caracterização do Agreste Potiguar como um território de graves problemáticas sociais, onde a maioria das pessoas vive em situação de pobreza (COSTA, 2005; GONÇALVES, 2005).

Diante do exposto, fica evidente que o Agreste Potiguar não é um território estagnado economicamente. Várias atividades são praticadas no uso atual desse território, inclusive atividades marcadas pela modernização, como a pecuarista e a mandioqueira, à qual damos atenção neste trabalho. Destarte, o Agreste Potiguar pode ser caracterizado como um território marcado pelas modernizações capitalistas, que atendem seletivamente determinados interesses, negligenciando os anseios da maioria; como um território marcado intensivamente pela pobreza da maioria de sua população (IBGE, 2009; IDEMA, 2008), que busca sobreviver, das mais diversas formas e pelas mais diversas atividades, nesse perverso contexto. Feita essa abordagem, passaremos a analisar a modernização da atividade mandioqueira no território em questão.

MODERNIZAÇÃO DA ATIVIDADE MANDIOQUEIRA NO AGRESTE POTIGUAR

A modernização da atividade mandioqueira no âmbito do Nordeste é iniciada, segundo Conceição (1980), na década de 1980. Esse autor diz que no início dessa década já se observava a existência de casas de farinha semi-industriais no território nordestino, dotadas de equipamento motorizado para a moagem da raiz, de prensa hidráulica e de forno mecanizado para a torrefação da farinha da mandioca.

Já no Agreste Potiguar, esse processo começa a ser implementado seguindo o contexto de reestruturação da economia potiguar, que se intensifica a partir das décadas de 1970-80. Romão et al (1987), ao estudar a economia potiguar, afirma que, com a decadência da cotonicultura no território potiguar e com a política nacional de industrialização, se observava, na segunda metade da década de 1970, um movimento na direção da modernização da agricultura norte-rio-grandense.

Esse movimento foi posto em evidência tendo por base a política estatal de transformação e de integração da agricultura tradicional ao mercado. Para a efetivação dessa política, foram formulados e executados programas de financiamento rural, visando à inserção de novas tecnologias nas atividades da agricultura. No Rio Grande do Norte, pode-se destacar, de acordo com Romão et al (Ibid., p. 209-210), quatro programas que impactaram na agricultura potiguar: o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), criado em 1971, que objetivava “[...] facilitar o acesso ao crédito rural aos médios e grandes proprietários rurais para a modernização das unidades produtivas e integração da agricultura à expansão capitalista que se processava no setor urbano-industrial da economia”; o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) e o Projeto Sertanejo, criados em meados da década de 1970, com a finalidade de atender “[...] mais diretamente [...] o pequeno [...] [proprietário] rural facilitando o seu acesso ao crédito e à introdução de tecnologias modernas nos processos de produção agropecuária”; e o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (PDAN), criado em 1975, visando à “[...] integração da agricultura ao complexo agroindustrial”.

Por meio dos recursos disponibilizados nesses programas, passaram a ser inseridos nas casas de farinha do Agreste Potiguar, a partir da década de 1980, instrumentos técnicos movidos a eletricidade (rodete e forno, inicialmente). Além disso, segundo um produtor de mandioca do Agreste, nessa década, vários produtores trocaram “mandioca” por “rodetes” e “fornos elétricos” disponibilizados por compradores de mandioca (intermediários) de Pernambuco. Assim, dizemos que essa relação de troca de “mandioca” por “instrumentos técnicos movidos a eletricidade” entre produtores e intermediários apresenta-se significância para o início da modernização dessa atividade no território em tela. Outrossim, explicitamos também a interferência de interesses de agentes externos no território local, provenientes de Pernambuco, no desencadear inicial da modernização em questão. A inserção desses instrumentos técnicos mecanizados nas casas de farinha vem causando transformações no processo de produção da farinha bem como nas relações de trabalho que perpassam esse processo. Com essa abordagem, fica evidenciada a gênese da modernização da atividade mandioqueira no Agreste Potiguar.

Para um melhor entendimento do processo de modernização da atividade mandioqueira no Agreste Potiguar, realizamos entrevistas com produtores de mandioca e com donos de casas ou de indústrias de farinha desse território. Entre os meses de dezembro de 2008 e setembro de 2009, entrevistamos 45 produtores de mandioca e 23 donos de casas ou de indústrias de farinha, perfazendo, de tal modo, 68 interlocutores. Para a realização dessas entrevistas, percorremos os 22 municípios que constituem o Agreste Potiguar, de acordo com o recorte empírico inicial do presente trabalho (ver figura 1).

A partir da análise dos dados provenientes dessas entrevistas, refletimos sobre a produção de mandioca e sua transformação em farinha no contexto atual da modernização da atividade mandioqueira no Agreste Potiguar. Além disso, trazemos à tona um novo recorte empírico para o trabalho, denominado de território mandioqueiro do Agreste Potiguar, constituído pelos municípios que integram de fato o circuito espacial de produção, transformação e comercialização da mandioca no atual contexto de modernização da atividade.

A maioria dos produtores de mandioca entrevistados (91%) era proprietária de pequenas faixas de terra, com áreas em torno de 10 hectares. O agricultor com a menor propriedade tinha 1 hectare de terra no município de Boa Saúde, e o que tinha a maior propriedade dispunha de 1000 hectares de terra no município de Lagoa de Pedras. Alguns agricultores que dispunham de propriedades com menos de 10 hectares de terra costumavam arrendar pequenas faixas de terra (com áreas em torno de 5 hectares), para, assim, ter a possibilidade de produzirem um pouco mais para tentar garantir, ao menos, a subsistência de suas famílias. Frisamos que os agricultores que vêm arrendando pequenas faixas de terra se submetem a relações, predominantemente, de meação, dividindo sua produção com os proprietários das terras, após um árduo período de muito trabalho com os cultivos desencaadeados. Além disso, destacamos que quase a totalidade dos arrendatários entrevistados nos disse que, comumente, os proprietários das terras lhes fazem várias exigências, como não plantar toda a área arrendada com roçado de mandioca, devido a esse demorar muito para dar lucro.

Assim, fica clara a sujeição de pequenos proprietários de terra que produzem mandioca no Agreste Potiguar aos agentes detentores de maiores faixas de terra. Isso se deve ao fato de haver desigualdade fundiária no território em tela, fazendo com que vários dos produtores entrevistados destacassem a falta de acesso à terra como uma das principais dificuldades que eles vêm enfrentando para conseguir obter sua renda e sua subsistência. Apesar de o Agreste Potiguar ser, no geral, um território constituído por pequenas propriedades (MELO, 1980), que não é marcado pelos mais graves índices de desigualdade fundiária que afetam determinados territórios do Brasil, como os litorâneos (GIRARDI, 2009), não podemos deixar de evidenciar que vários produtores de mandioca desse território não têm acesso a propriedades que lhes proporcionem a obtenção de subsistência e renda de maneira significativa, tendo que se submeterem a arrendamentos ditados por proprietários que dispõem de terras, muitas vezes, não utilizadas. Dessa forma, o Agreste Potiguar também in-

tegra a situação de desigualdade fundiária que marca todo o território brasileiro (*Ibid.*), sendo que naquele território essa desigualdade apresenta-se menos intensa do que em outros, não podendo, contudo, ser negligenciada devido a essa menor intensidade.

Questionamos aos produtores se eles ocupavam toda a área da propriedade com a plantação de mandioca. Todos disseram que não, sendo que a menor produção de mandioca, no contexto do universo dos produtores inquiridos na pesquisa de campo, foi encontrada no município de Bom Jesus, ocupando uma área de menos de 1 hectare, e a maior pertencia ao município de Lagoa de Pedras, ocupando uma área de 300 hectares.

O fato de os produtores não ocuparem toda a terra com plantação de mandioca pode ser explicado por duas vertentes: a primeira refere-se à pluralidade de cultivos e de criações que marca as propriedades do Agreste Potiguar desde a formação desse território (MELO, 1980); e a segunda refere-se às dificuldades que os produtores de mandioca vêm enfrentando. Esses, apesar de, em sua grande maioria, estarem subordinados aos compradores de mandioca, continuam produzindo gêneros para a subsistência de sua família e também para a venda de excedentes que gerem alguma renda (feijão, milho, leite, batata, macaxeira, fava, dentre outros), assim como permanecem criando animais, não menos importantes, para obtenção de subsistência e renda (gado leiteiro, galinhas, porcos, ovelhas etc.). Com isso, vemos que os produtores de mandioca do Agreste ocupam suas terras com produtos destinados à negociação no mercado, como a mandioca, mas também com gêneros destinados ao consumo de sua família, tendo como objetivo principal o provimento de sua sobrevivência e não a acumulação de capital.

Dentre as dificuldades enfrentadas pelos produtores de mandioca, podemos elencar: altos custos com a produção, com a realização de limpas no roçado, quando se contrata, geralmente, trabalhadores pagos diariamente, com o aluguel de tratores para realizar o corte da terra e com a compra de adubo químico para garantir maior produtividade no trabalho de cultivo da mandioca; e os preços baixos e irregulares pagos pela mandioca, já que o Estado brasileiro não tem um controle sobre os preços do setor mandioqueiro, deixando as empresas de fécula e farinha, bem como os intermediários, formularem e alterarem esses preços constantemente, repassando sempre o prejuízo para os produtores. Dessa maneira, alguns produtores disseram que não tem valido a pena cultivar a mandioca, pois os custos e o trabalho com a produção são enormes, enquanto que os preços pagos pela matéria-prima para fabricação de farinha e de outros derivados são os mais baixos possíveis.

Nesse cenário, vimos que, em várias propriedades, há uma situação em que áreas antes destinadas ao cultivo da mandioca estão sendo ocupadas por pastagens para o gado, que implica bem menos trabalho do que o cultivo daquela planta, e, assim, se tornam mais rentáveis no momento em que se realiza a venda para pecuaristas. Esse processo de substituição de áreas de lavoura por áreas de pastagem no Agreste já havia sido denominado por Sales (1982) de “pecuarização do Agreste”.

O tempo de duração do cultivo da mandioca vem diminuindo com a expansão da modernização da atividade. Anteriormente, esse cultivo era realizado, geralmente, num período de 2 anos. Hoje, a maioria dos produtores (53%) disse que cultiva a mandioca em um período que dura até 1,5 ano, e grande parte deles (35%) disse que arranca a mandioca com até 1 ano de cultivo. O tempo de duração do cultivo dessa planta é hoje influenciado pelo uso de adubos, como o químico, que cada vez mais se banaliza entre os produtores, e pelo preço que está sendo pago pela mandioca. Numa plantação adubada, se houver a possibilidade de o produtor vender sua produção no período em que o cultivo estiver com um 1 ano de duração, ou até menos (encontramos produtores que disseram arrancar a mandioca com 8 meses), por um preço considerável, certamente ele consumará a venda, podendo deixar uma pequena parte do roçado para ser comercializada posteriormente, devido a alta capacidade de resistência que marca a planta da mandioca.

A partir de dados coletados na pesquisa empírica, afirmamos que o uso de máquinas e de insumos químicos vem aumentando no cultivo da mandioca no Agreste. Os produtores de mandioca encontram-se numa situação de subordinação aos intermediários e aos donos de casas ou de indús-

rias de farinha, que compram suas produções. Essa situação faz com que os produtores tenham que cultivar a mandioca usando adubos, principalmente o químico, para garantir uma boa qualidade à mandioca, de acordo com as exigências feitas e os padrões estabelecidos pelos intermediários e pelos proprietários de casas ou de indústrias de farinha. Além disso, os produtores procuram realizar o corte da terra no menor tempo possível, para, assim, plantarem logo a mandioca e poderem vendê-la o mais rápido possível. Essa velocidade imposta pelo processo de modernização leva os produtores a contratarem tratores, quando esses não lhes são disponibilizados pelo poder público municipal, para fazerem o corte da terra, gastando, com isso, valores consideráveis. No período de realização da pesquisa, o aluguel de um trator por uma hora custava em torno de R\$ 50,00 para os produtores. Para realizar o corte de terra num roçado de 5 hectares, por exemplo, é necessário a contratação de 2 a 4 horas de trator, representando, assim, gastos que ultrapassam os R\$ 100,00, apenas na etapa inicial do processo de cultivo da mandioca.

O crescente uso do trator e de adubos pelos produtores de mandioca do Agreste Potiguar fica evidenciado pelos seguintes dados: dos produtores entrevistados, 87% disseram alugar o serviço de tratoristas para a realização do corte da terra; 73% afirmaram que usam adubo químico no cultivo da mandioca, comprando esse insumo no próprio município em que residem, em pequenos comércios que o disponibilizam para a aquisição dos produtores; 67% declararam que usam pelo menos o adubo orgânico (de gado e/ou de frango) no cultivo da mandioca; e apenas 2% disseram que não usam nenhuma máquina e/ou insumo no desencadear do roçado de mandioca.

No tocante ao uso de máquinas e de insumos no cultivo da mandioca, devemos destacar os municípios de Lagoa de Pedras, Vera Cruz e Brejinho. No primeiro destes, encontramos o produtor que mais produzia mandioca dentre os produtores inquiridos na pesquisa, o qual destinava, no período de realização da pesquisa, uma área de 300 hectares para o cultivo da mandioca. Esse produtor cultivava a mandioca utilizando máquinas (tratores do proprietário, máquina plantadora de maniva e máquina arrancadora de mandioca) (figura 2) e adubo químico, obtendo uma boa rentabilidade (21 toneladas de mandioca por hectare) diante do padrão encontrado no território pesquisado (que é de 11 a 20 toneladas por hectare), garantindo, desse modo, a venda de toda sua produção à indústria de goma localizada no município de Lagoa Salgada. Destacamos que esse moderno aparato técnico, utilizado no cultivo da mandioca, só foi encontrado nessa propriedade em Lagoa de Pedras e numa propriedade em Vera Cruz, onde o proprietário oferecia aos produtores a contratação do serviço de realização do plantio e da limpa mecânica do roçado de mandioca. Nos outros municípios do território do Agreste Potiguar, os produtores de mandioca só vêm utilizando o trator para efetuar o corte da terra e o adubo orgânico ou químico para elevar a rentabilidade do roçado. A não propagação do aparato técnico encontrado em propriedades de Lagoa de Pedras e de Vera Cruz, entre a maioria dos produtores de mandioca do território estudado, se deve aos altos preços cobrados pelas máquinas de plantação da maniva, de limpa do roçado e de colheita da mandioca, o que inviabiliza a compra dessas máquinas pela maioria dos produtores, que não tem grandes quantias de capital acumuladas e nem grandes propriedades de terra que compensem tais aquisições.

Reforçando o que foi dito no parágrafo anterior, destacamos que em Vera Cruz vem sendo oferecido aos produtores um serviço de plantio da maniva e de limpa do roçado por meio de máquinas. Esse serviço é propagado pelo escritório local do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER-RN), garantindo uma lavoura mais produtiva e com menores gastos, revelando, assim, que o poder público estatal, neste caso representado pela EMATER-RN, se encarrega de trazer à tona informações (psicoesfera) que buscam viabilizar o desencadeamento do processo de modernização da agricultura potiguar (tecnoesfera), especificamente da atividade mandioqueira no Agreste Potiguar. Já em Brejinho, o técnico local da EMATER-RN vem ansiando fomentar, junto aos produtores, um processo de avaliação e de correção dos solos de suas propriedades, visando obter maior rentabilidade na produção de mandioca, sem que seja necessário utilizar frequentemente adubo químico, o que pode danificar a fertilidade natural do solo (TAKAHASHI,

2002). Frisamos que a utilização de todos esses elementos (máquinas, insumos, serviços especializados) integra o cerne do processo de modernização da atividade, tendo como principal escopo “maiores rentabilidades nos menores tempos possíveis, e com os menores gastos com mão-de-obra”.

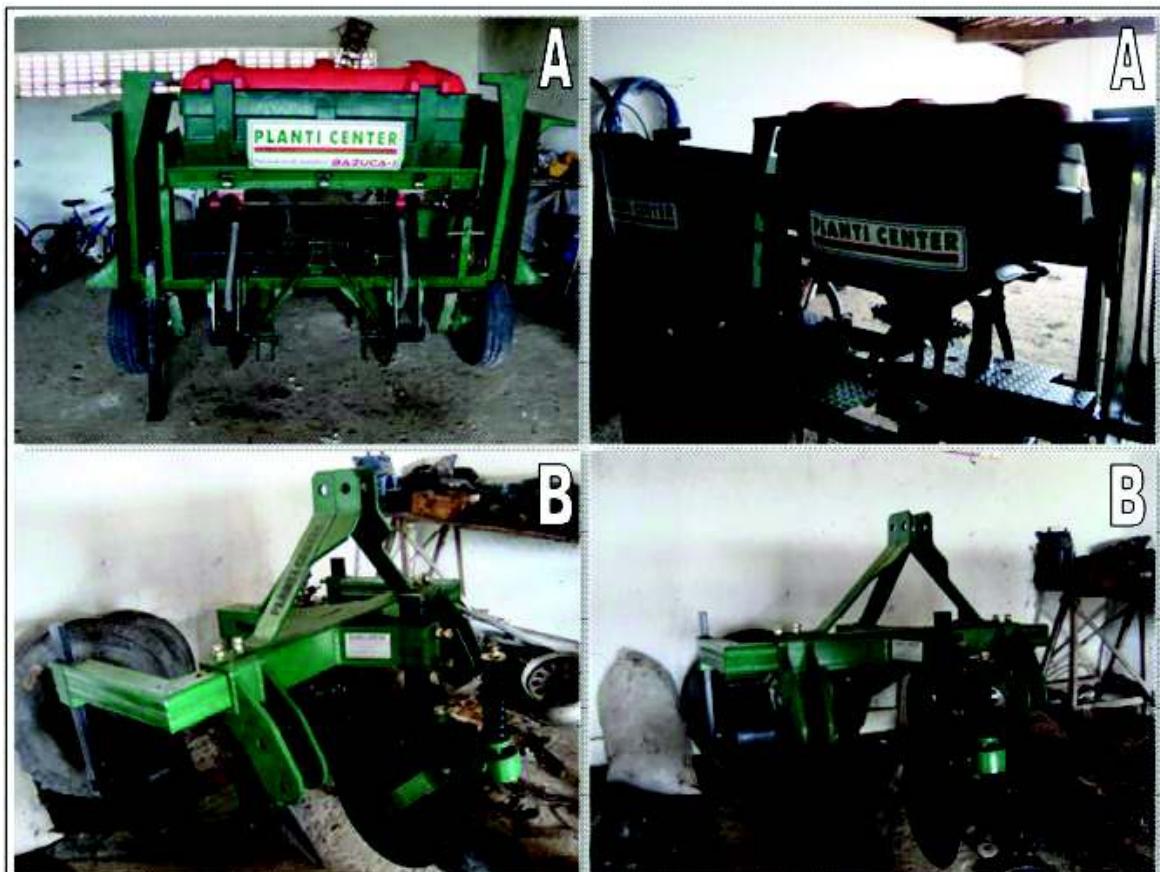


Figura 2 - Máquina plantadora de maniva (A) e máquina arrancadora de mandioca (B) utilizadas por um produtor em Lagoa de Pedras no cultivo da mandioca
Fonte: Salvador, 2009.

Dessa forma, os produtores de mandioca vêm, em sua maioria, aderindo, especificamente, ao uso do adubo químico com o objetivo maior de fortalecer a terra para, assim, obter maior rendimento no menor período de tempo possível. Esses produtores nos disseram que quando usam o adubo químico obtêm rendimentos em torno de 11 a 20 toneladas de mandioca por hectare. O maior rendimento na produção de mandioca encontrado durante a realização da pesquisa foi no município de Brejinho, onde um produtor afirmou que vinha conseguindo colher 27 toneladas por hectare. Todavia, quando esse adubo não é utilizado o rendimento cai, segundo os produtores, para menos ou até 10 toneladas por hectare, sendo que a menor rentabilidade alcançada no território em tela foi encontrada no município de Bom Jesus, onde alguns produtores disseram que vinham colhendo apenas 2 toneladas de mandioca por hectare. Podemos afirmar que, no contexto atual da atividade, quanto menos capitalizado for o produtor, sem condições de investir no uso de máquinas e de insumos, menor rendimento ele obterá na produção de mandioca, e no maior período, fazendo com que sua produção seja pouco atraente aos compradores de mandioca.

Hoje, a mandioca não é mais considerada pela maioria dos produtores como um gênero alimentício para a mera obtenção de sua subsistência. Essa planta é na contemporaneidade cultivada, predominantemente, com objetivos comerciais, sendo que 91% dos produtores entrevistados disseram vender toda sua produção para compradores de mandioca, dirigindo-se aos mercados e/ou às feiras para a compra da farinha, que continua a ser um alimento típico das refeições do homem nordestino.

no. Apenas 15% dos produtores afirmaram que guardavam um pouco da mandioca para utilizá-la na ração animal; outros 15% declararam que usavam a mandioca para fazer farinha, geralmente destinada à subsistência de suas famílias, em casas de farinha comunitárias; e 7% afirmaram que usavam toda a mandioca produzida em suas próprias casas de farinha.

Os compradores de mandioca são intermediários provenientes do Agreste e de outros territórios (Pernambuco, Paraíba e Ceará), que compram a mandioca aos produtores por preços irrisórios e a vendem nas casas e nas indústrias de farinha por valores mais elevados, conseguindo, com isso, lucros com a intermediação. Esses compradores são também os donos das casas e das indústrias de farinha do Agreste, que enviam ou dirigem seus caminhões ou camionetas aos roçados dos produtores para adquirirem a matéria-prima imprescindível ao funcionamento de seus estabelecimentos. Nas relações entre produtores e compradores de mandioca, sempre os que sofram com os prejuízos ou com os baixos preços pagos pela mandioca são os primeiros, que têm também que produzir a mandioca atendendo a certas exigências dos compradores, como a utilização de adubos e a realização de limpas periódicas no roçado, objetivando tornar a mandioca mais rentável na produção da farinha.

Perguntamos também aos produtores se eles receberam ou já haviam recebido alguma assistência técnica e/ou ajuda governamental (do poder municipal, estadual ou federal) para fortalecerem sua produção. Apenas 11% dos produtores disseram que nunca receberam nenhum tipo de ajuda e/ou assistência, destacando isso como uma dificuldade para conseguirem produzir mais e, assim, ter a possibilidade de viver melhor. Os outros produtores (89%) disseram que já receberam alguma ajuda e/ou assistência governamental para fortalecerem sua produção.

O fato de alguns produtores terem dito que nunca receberam nenhum tipo de ajuda e/ou apoio governamental, nos levou a perguntar para técnicos da EMATER-RN como vem se dando a atuação dessa instituição nos municípios do Agreste Potiguar. A partir de suas respostas podemos afirmar que o extensionismo rural nesses municípios vem sendo perpassado por várias dificuldades, tais como: o número insuficiente de técnicos agrícolas e de funcionários administrativos disponibilizados pela citada instituição (geralmente, há um técnico responsável por cada município, sendo que, em alguns casos, o técnico é o único funcionário do escritório local da EMATER-RN), o que faz com que, quase sempre, a assistência técnica não seja oferecida a todos os produtores e com que essa seja negligenciada pelo técnico, diante dos vários serviços burocráticos sob sua responsável, sobretudo quando ele é o único funcionário do escritório; a não aceitação, de alguns produtores, da assistência oferecida pelo técnico, na medida em que esses produtores não acreditam nas sugestões e nas ações deste profissional para o melhoramento de suas produções, preferindo desencadear suas tarefas cotidianas nas atividades da agricultura de acordo com seus próprios conhecimentos, adquiridos em anos de experiência e de trabalho nessas atividades; e o envolvimento de alguns técnicos da instituição citada com autoridades e/ou gestões públicas municipais, o que ocasiona a desconsideração das ações dos técnicos aos produtores que não apóiam essas autoridades e/ou gestões, os quais ficam, desse modo, marginalizados do extensionismo rural, disponibilizado pelo governo estadual, enquanto as autoridades e/ou gestões a que fazem oposição estiverem exercendo o poder. Em suma, diante das observações feitas no campo, podemos dizer que há muito a melhorar na questão da assistência técnica e/ou apoio governamental possibilitado aos produtores. Asseveramos que, no momento atual, falta a essa assistência e/ou a esse apoio, principalmente, qualidade nos serviços prestados e/ou oferecidos e abrangência de todos os produtores, sem exceções.

Devido à maioria dos produtores de mandioca inquiridos ter afirmado que já foi ou está sendo amparada pelos poderes públicos, nós poderíamos fazer uma análise positiva da situação em que se encontram esses agentes sociais. Entretanto, procuramos saber que tipo de ajuda e/ou assistência esses produtores receberam ou vêm recebendo. Daí, chegamos aos seguintes dados: 75% disseram que já fizeram um ou mais empréstimos (de pequenos valores, via PRONAF) para a compra de animais ou para o custeio da plantação de mandioca ; 22% destacaram a ajuda do poder público municipal, no momento em que as prefeituras fornecem aos produtores algumas horas de trator (em torno de 1 a 2 horas para cada produtor, anualmente, o que, geralmente, é insuficiente para a

preparação de toda a terra para o plantio, levando os produtores a alugarem, na maioria das vezes, mais 2 ou 3 horas de trator para o término do serviço) para a efetivação do corte da terra; 4% afirmaram que vendem produtos para o Programa Compra Direta, do governo federal; 4% disseram que já receberam sementes distribuídas pela EMATER-RN para a realização de plantios; e somente 4% destacaram que recebem ou já receberam assistência técnica da EMATER-RN.

Quanto à realização de empréstimos, os produtores também fizeram questão de destacar o atraso na liberação dos recursos, o que muitas vezes torna a efetivação dos empréstimos insignificante para eles. Por exemplo: um produtor de Brejinho nos disse que fez um empréstimo para o custeio da mandioca. Pela lógica do cultivo da planta, o empréstimo era para ter sido liberado no início do ano, período em que são iniciadas as “chuvas do inverno”, para que, assim, ele pudesse utilizar o dinheiro para o preparo e para a plantação do roçado. Todavia, segundo o produtor, o empréstimo, devido à enorme burocracia do sistema bancário, só foi efetivado no final do ano, quando o roçado de mandioca já estava plantado, próximo ao período de colheita. Dessa maneira, ao produtor descapitalizado, sem condições de investir no roçado, de nada vale a liberação de empréstimos atrasados para o custeio da mandioca. Além disso, a liberação atrasada dos empréstimos faz com que muitos produtores não utilizem corretamente os valores obtidos, assim como não paguem os empréstimos e fiquem inadimplentes com o sistema bancário.

Em relação às horas de trator cedidas pelas prefeituras, vários produtores asseveraram que a concessão dessa ajuda não é comum em todos os anos, acontecendo apenas em alguns. Somado a isso, os produtores disseram que só tem acesso a essa ajuda aqueles produtores que apóiam as ações da gestão municipal, o que garante, desse modo, uma conotação “polítiqueira” à concessão desse serviço.

Em resumo, podemos destacar que as ajudas e/ou apoios que vêm sendo disponibilizados aos produtores não vêm contribuindo para fortalecer de fato suas produções, nem para alterar a situação de pobreza em que esses estão vivendo. Essas ajudas e/ou apoios, em sua maioria, apresentam-se como medidas paliativas que servem, principalmente, para perpetuar a perversa situação vivenciada pelos produtores.

Fica, portanto, explicitada a situação em que se encontra quase a totalidade dos produtores de mandioca do Agreste Potiguar, marcada pela subordinação destes aos proprietários de terras, aos intermediários e aos donos de casas ou de indústrias de farinha. Uma situação em que a grande maioria dos produtores vive em acentuada condição de pobreza, sem ter acesso, muitas vezes, a serviços de educação e de saúde, bem como ao lazer e à realização de, pelo menos, três refeições (café da manhã, almoço e janta) por dia. Sendo assim, podemos, de maneira geral, caracterizar esses produtores como homens e mulheres que sobrevivem com grandes dificuldades no atual contexto capitalista, intensivamente marcado por perversidades em relação à maioria da sociedade.

A transformação da mandioca em farinha e goma é realizada hoje no território do Agreste Potiguar em casas de farinha, existentes em sua totalidade, em indústrias de farinha, localizadas nos municípios de Vera Cruz e Brejinho, e numa indústria de goma, localizada no município de Lagoa Salgada. Analisaremos, a partir deste momento, as transformações técnicas e nas relações de trabalho que vêm permeando a modernização da atividade e afetando esses estabelecimentos, as quais foram realçadas a partir de conversas realizadas junto a 23 proprietários de casas ou de indústrias de farinha do Agreste.

É válido diferenciar casas e indústrias de farinha. Em ambos os tipos de estabelecimento, faz-se a transformação da mandioca em farinha e em outros derivados, como a goma. No entanto, essa transformação apresenta diferenças nesses estabelecimentos, quanto às técnicas utilizadas e quanto à organização de seu funcionamento.

Nas casas de farinha, presentes em todo o território agrestino, o processo de fabricação da farinha, quanto às técnicas utilizadas, pode ser classificado como híbrido. Isto é, esses estabelecimentos são marcados por instrumentos técnicos movidos a eletricidade (sobretudo, rodete e forno)

e por instrumentos movidos a força humana (sobretudo, prensa e peneira). O ensacamento da farinha nas casas também é feito de maneira manual. A figura 3 mostra instrumentos presentes nesses estabelecimentos produtivos e comerciais, os quais são movidos a eletricidade (rodete e forno) e a força humana (prensa e peneira).



Figura 3: Instrumentos técnicos movidos a eletricidade (A) e a força humana (B), presentes na atualidade em casas de farinha do Agreste Potiguar

Fonte: Salvador, 2008 e 2009.

Quanto à organização do processo de produção, as casas de farinha funcionam sem grandes preocupações com a higiene e com a segurança do ambiente de trabalho. Nesses estabelecimentos, nos deparamos com trabalhadores descalços, sem camisas, suando de maneira exacerbada e sem nenhuma proteção para evitar acidentes no manuseio dos instrumentos técnicos. A farinha produzida é ensacada manualmente, também sem nenhuma atenção para a questão da higiene, e armazenada, muitas vezes, em locais impróprios, marcados por grande sujeira.

Já nas indústrias de farinha, a transformação da mandioca é realizada, predominantemente, por meio de máquinas movidas a eletricidade e operadas por alguns homens. O ensacamento da farinha, nesses estabelecimentos, é concretizado por meio do uso de máquinas embaladoras. A figura 4 coloca em tela as máquinas (triturador de mandioca (A), prensa hidráulica (B), peneira elétrica (C), fornos elétricos (D) e máquina empacotadora (E)) utilizadas no processo de transformação da mandioca nas indústrias de farinha do Agreste Potiguar, bem como a forma como a farinha produzida é armazenada (F) nesses estabelecimentos.

Nas indústrias, existe a preocupação com a higiene do local e com a qualidade dos produtos, de acordo com padrões estabelecidos pelo mercado. Nesses estabelecimentos, encontramos os trabalhadores uniformizados, muitos utilizando toucas. Os instrumentos técnicos são, geralmente,

limpos após o dia de trabalho, assim como todo o ambiente das indústrias. Destacamos que as indústrias de farinha de Vera Cruz vêm recebendo o apoio técnico do Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) quanto a seu funcionamento. Isso tem ocasionado uma maior preocupação nessas, quando comparadas às indústrias de Brejinho, em relação à higiene do ambiente de trabalho e à qualidade da farinha produzida. Dessa maneira, nossas observações de campo nos levam a declarar que as indústrias que melhor vêm se adaptando ao contexto de modernização da atividade são as localizadas em Vera Cruz. Evidenciamos inclusive que, de acordo com as informações dadas por técnicos e funcionários da EMATER-RN, a indústria de farinha padrão nacional encontra-se em Vera Cruz, denominada de “Indústria de Farinha dos Anjos”.



Figura 4 - Máquinas utilizadas no processo atual de transformação da mandioca (A, B, C, D, E) e forma de armazenamento da farinha (F) em indústrias farinheiras do Agreste Potiguar

Fonte: Salvador, 2009.

Feita essa diferenciação entre casas e indústrias de farinha, frisamos que aquelas predominam em quantidade e em contiguidade no território do Agreste Potiguar. Todavia, as casas de farinha, no contexto da modernização, vêm sendo marcadas, basicamente, por duas situações: em primeiro lugar, não buscam modernizar-se, sem adaptar-se aos padrões estabelecidos pelo mercado e propagados pela EMATER-RN e pelo SEBRAE, sendo, assim, enfraquecidas e muitas vezes levadas à falência diante do fortalecimento das indústrias de farinha, que subordinam, cada vez mais, os produtores de mandioca. Em segundo lugar, buscam modernizar-se, seguindo os padrões do mercado, objetivando principalmente transformarem-se, gradualmente, em indústrias de farinha. Várias casas de farinha estão seguindo essa segunda situação, o que fez com que nos deparássemos com vários desses estabelecimentos em reforma, principalmente, nos municípios de Boa Saúde, Vera Cruz e

Brejinho. Assim sendo, prevê-se que, à medida que a modernização da atividade intensificar-se, haverá, cada vez mais, o fortalecimento das indústrias de farinha e o enfraquecimento e até mesmo o desaparecimento das casas de farinha.

Uma situação que também merece atenção é as casas de farinha comunitárias presentes em todo o território agrestino. A maioria dessas casas foi construída na década de 1990, sendo instaladas nas propriedades de agricultores que se responsabilizassem pelo funcionamento e pela manutenção desses estabelecimentos. No momento atual, a grande maioria dessas casas encontra-se deteriorada, sendo que algumas estão fechadas e/ou abandonadas. São poucas as casas de farinha comunitárias que continuam funcionando, em bom estado de conservação (encontramos, durante a realização da pesquisa, cerca de 5 casas de farinha comunitárias que estavam em boas condições para funcionamento), atendendo, assim, às necessidades de famílias agrestinas de fabricarem farinha e goma para seus consumos e para a venda de certos excedentes.

Questionamos alguns técnicos da EMATER-RN de municípios do Agreste e alguns secretários municipais de agricultura quanto à precária situação em que se encontram a maioria das casas de farinha comunitárias do Agreste Potiguar. Esses interlocutores nos disseram que o bom funcionamento dessas depende da união dos produtores de mandioca e/ou agricultores do território agrestino em associações, o que não vem acontecendo. De acordo com eles, os agricultores pensam individualmente, não conseguindo se integrar em associações e trabalhar em cooperação. É, portanto, à falta de união dos produtores agrestinos que os interlocutores atribuem o fracasso das casas de farinha comunitárias do território em estudo.

Defendemos que a desorganização política ou a individualização dos agricultores do Agreste seja um motivo que nos ajude a compreender a insignificância do funcionamento das referidas casas de farinha. Entretanto, não coadunamos com o pensamento de que esse seja o único motivo para tal fracasso. Acreditamos que há também grande negligência dos poderes públicos estadual e municipal com o funcionamento eficaz das associações, cooperativas e casas de farinha comunitárias do Agreste, que permanecem quase que esquecidas não só pelos agricultores, mas também pelas autoridades municipais, que deveriam prezar pelo bom funcionamento de tais organizações sociais e estabelecimentos comunitários. Além do mais, não são só os agricultores que pensam individualmente. As autoridades municipais também pensam e agem desse modo, negligenciando toda e qualquer ação que possa fortalecer a estrutura social local. Sendo assim, defendemos que o espírito capitalista, que permeia a sociedade mundial, nacional e agrestina, contribui fortemente para a intensificação desses pensamentos individualistas, assim como para o enfraquecimento de tudo que necessite da união social para funcionar significativamente, como é o caso das casas de farinha comunitárias.

Feitas essas abordagens, dizemos que as particularidades existentes entre casas e indústrias de farinha terminam na questão das técnicas utilizadas e da organização do funcionamento dos estabelecimentos. Quando se leva em consideração outras questões, como o perfil dos proprietários desses estabelecimentos, as relações de trabalho aí desencadeadas e os produtos produzidos nesses estabelecimentos, chegamos à conclusão de que casas e indústrias de farinha são marcadas, em certa medida, por aspectos em comum.

Dos proprietários das casas ou das indústrias de farinha entrevistados, 83% eram também proprietários de terra. A grande maioria destes (49%) possuía pequenas propriedades de terra, com áreas que variavam entre menos de 10 a 30 hectares. A menor propriedade de um dono de casa ou de indústria de farinha foi encontrada em Brejinho, com uma área de 2 hectares, e a maior foi encontrada em Vera Cruz, com uma área de 700 hectares.

Vários dos proprietários das casas ou das indústrias de farinha nos disseram já terem vendido alguma parcela de suas terras para a realização de investimentos nas casas ou nas indústrias de farinha, especificamente para a compra de instrumentos técnicos mecânicos e para a reforma dos estabelecimentos. Fizeram e continuam fazendo isso devido à dificuldade que esses agentes vêm obtendo para conseguirem financiamentos bancários para tais compras e reformas. Isso devido às

poucas garantias que podem oferecer ao sistema bancário, uma vez que os citados agentes sociais não dispõem de grandes propriedades ou de bens que possam ser oferecidos como garantia ao pagamento dos empréstimos.

Além disso, nos deparamos com praticamente todos os proprietários das casas ou das indústrias de farinha trabalhando no processo de transformação da mandioca em farinha. Todos eles executavam, pelo menos, uma tarefa em seus estabelecimentos, sendo que, geralmente, ficavam responsáveis pela função de motorista, realizando, assim, a compra e a busca da mandioca nos roçados dos produtores e a entrega da farinha produzida nos mercados, feiras ou armazéns.

Esses proprietários mantêm em suas terras, quando as têm, vale destacar, variados cultivos e criações, assim como foi destacado anteriormente em relação aos produtores de mandioca. Cultivam gêneros alimentícios, como feijão, milho, macaxeira, batata e caju, e criam animais também importantes para a obtenção das subsistências de suas famílias, como galinha e porco. Mas também cultivam produtos totalmente destinados ao mercado, como a mandioca, e criam animais com objetivos meramente comerciais, como o gado de corte.

Destacamos que vários proprietários disseram que vêm diminuindo suas plantações de mandioca e aumentando as áreas destinadas à pastagem para o gado. Isso devido aos altos custos que o cultivo da mandioca proporciona e aos baixos preços que são atribuídos a esse tubérculo. Um proprietário de uma indústria de farinha em Brejinho nos disse, inclusive, o seguinte: “não tem futuro plantar mandioca. O preço de venda é muito baixo. Prefiro comprar do que plantar”. Assim, fica explicitado que os proprietários das casas ou das indústrias de farinha reconhecem os baixos preços pagos, vale frisar, por eles mesmos, pela mandioca, a ponto de um deles afirmar que prefere comprar o tubérculo a plantá-lo. Esses agentes demonstram ter consciência dos prejuízos enfrentados pelos produtores de mandioca diante dos preços baixos que lhes são pagos por suas produções. Dessa maneira, acreditamos que eles também devem ter consciência de que exploram o trabalho dos produtores de mandioca no momento em que lhes pagam esses preços irrisórios, continuando a fazer isso por pensarem meramente como proprietários dos estabelecimentos de fabricação de farinha, e não como produtores e/ou agricultores que também o são.

Diante dessas considerações, podemos dizer que os proprietários das casas ou das indústrias de farinha do Agreste Potiguar são também agricultores (frisa-se que, em sua maioria, pequenos proprietários), que têm trabalhado arduamente para conseguir manter funcionando seus estabelecimentos comerciais. São agentes sociais que, geralmente, trabalham, às vezes juntamente com sua família, todos os dias nesses estabelecimentos, nas mais variadas funções. Mas também são agentes que, diante do contexto de modernização da atividade, exploram comumente o trabalho dos produtores de mandioca, no momento em que lhes pagam preços baixíssimos por suas produções, perpetuando, com isso, a perversa lógica capitalista, geradora das desigualdades, das contradições e das combinações.

No tocante às relações de trabalho existentes nas casas ou nas indústrias de farinha, podemos dizer que em 74% desses estabelecimentos, visitados durante a realização da pesquisa empírica, trabalham até 20 pessoas.

Nas casas de farinha os trabalhadores encontrados são, basicamente, os seguintes: as raspadeiras, que realizam a raspagem da mandioca, feita manualmente em todos esses estabelecimentos; o prenseiro, responsável pela prensagem da massa da mandioca, para que seja retirada a manipueira; o forneiro, responsável pela torrefação da farinha e por seu ensacamento em sacos de 50 quilos; os tiradores de goma, responsáveis por retirar a goma (amido) da massa da mandioca; os ajudantes, que desempenham várias funções, como carregar e descarregar carradas de mandioca, carregar e descarregar carradas de farinha, juntar as cascas da mandioca etc. A peneiragem da massa da mandioca, geralmente, é feita pelo prenseiro ou pelo forneiro. O motorista do caminhão ou da camionete da casa de farinha é, quase sempre, o próprio dono do estabelecimento ou algum familiar (filho,

geralmente), sendo o responsável por comprar e buscar a mandioca nos roçados dos produtores e por comercializar e entregar a farinha nos mercados, nas feiras e nos armazéns.

Já nas indústrias de farinha os trabalhadores encontrados são, basicamente, os seguintes: quando não há máquina que efetue a raspagem da mandioca, se fazem presentes as raspadeiras, que desempenham tal tarefa; o prenseiro e peneirador, funcionário responsável pela supervisão da prensa hidráulica e da peneira elétrica; os forneiros, responsáveis pelo funcionamento dos fornos elétricos e pela colocação da farinha torrada em sacos de 50 quilos; os embaladores, responsáveis pelo funcionamento da máquina embaladora e pela formação dos fardos compostos por 25 embalagens de 1 quilo de farinha; os ajudantes, que desempenham várias tarefas, como catar as cascas da mandioca, carregar e descarregar carradas de mandioca e de farinha; e os motoristas, responsáveis pela busca da mandioca nos roçados dos produtores e pela entrega da farinha nos mercados e nos armazéns de distribuição. Os proprietários desses estabelecimentos também efetuam algumas tarefas, como a de forneiro e a de motorista, participando, assim, do processo de transformação da farinha. Destaca-se que na “Indústria dos Anjos”, no município de Vera Cruz, encontramos também a presença de promotores de venda, que percorriam todo o Rio Grande do Norte, comercializando os produtos da indústria; e de 01 químico e 01 nutricionista disponibilizados pelo SEBRAE, responsáveis pelo controle de qualidade da farinha e da farofa (farinha com sabor e/ou temperada) produzidas no estabelecimento.

Tanto nas casas quanto nas indústrias de farinha os trabalhadores vêm recebendo remunerações irrisórias e estão sendo submetidos a jornadas de trabalho que ultrapassam, geralmente, as oito horas diárias previstas na legislação trabalhista. A maioria desses trabalhadores (raspadeiras, prenseiro, forneiro, embaladores e ajudantes) recebe por produtividade, diária ou semanalmente, esforçando-se ao máximo e alongando intensivamente sua jornada de trabalho para receber maiores valores diante desse esforço. Há também trabalhadores, geralmente apenas os motoristas, que recebem valores fixos, semanalmente. Raramente encontramos trabalhadores com carteira assinada, com acesso a direitos como férias, 13º salário etc., podendo ser citado o caso dos motoristas e dos promotores de venda da “Indústria dos Anjos”.

Os trabalhadores que recebem por produtividade são submetidos a valores irrisórios pelas atividades desempenhadas, tendo que trabalhar por longas jornadas para aumentar seu ganho. Geralmente, as raspadeiras recebem R\$ 20,00 por tonelada de mandioca raspada; o prenseiro e o forneiro recebem R\$ 2,00 por saco produzido, valor que é dividido entre esses trabalhadores; os embaladores recebem R\$ 0,80 por saco de 50 quilos de farinha embalados em fardos constituídos por pacotes de 1 quilo; e os ajudantes recebem R\$ 25,00 por carrada carregada e descarregada. Diante desses valores, comumente, esses trabalhadores recebem menos de um salário mensalmente. Uma raspadeira que trabalhava numa casa de farinha em Boa Saúde nos disse que estava recebendo em torno de R\$ 35,00 por semana, o que correspondia a R\$ 140,00 mensais, relatando-nos que não estava passando fome porque recebia também a bolsa família e morava com sua mãe, que era aposentada.

Esses trabalhadores desempenham funções, geralmente, em apenas quatro dias na semana (de terça a sexta-feira). Algumas casas ou indústrias de farinha funcionam também no sábado. Na segunda-feira, os proprietários desses estabelecimentos compram a matéria-prima para ser transformada a partir da terça. Além disso, aproveitam a segunda-feira para realizar manutenções que se façam necessárias nos instrumentos técnicos dos estabelecimentos citados.

As jornadas de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores são intensas e longas. Geralmente, eles começam a trabalhar às 06 horas da manhã, prosseguindo até as 19 horas. As refeições (almoço e janta) são, quase sempre, feitas no próprio local de trabalho, quando chegam as marmitas preparadas e trazidas por familiares (geralmente, os filhos dos trabalhadores). Os momentos das refeições ocupam apenas 10 ou 20 minutos do tempo dos trabalhadores, que logo em seguida retornam às atividades. Encontramos trabalhadores submetidos a essas jornadas de trabalho tanto em casas como em indústrias de farinha, sendo que um caso extremo foi encontrado em uma casa de farinha em

Serrinha: nesta, conforme um jovem trabalhador do estabelecimento, os trabalhadores eram submetidos a 36 horas de trabalho, quando então eram liberados para dormir um pouco e retornarem ao trabalho no outro dia, cumprindo novamente essa estafante jornada de trabalho.

Dante das intensas jornadas de trabalho a que se submetem, os trabalhadores das casas ou das indústrias de farinha não encontram possibilidades de estudar, de descansar ou de ter algum tipo de lazer. Estão quase sempre ocupados, trabalhando incessantemente, sendo acompanhados, muitas vezes, por seus filhos menores de idade. Aliás, o trabalho infantil foi encontrado por nós em várias casas de farinha, principalmente em relação aos filhos das raspadeiras ajudando suas mães em seus ofícios. Essas crianças, geralmente, não estão nesses estabelecimentos apenas no horário em que permanecem nas escolas. No restante do dia, sempre estão acompanhando suas mães, raspando mandioca junto com elas. Por vezes, essas crianças encontram um tempinho para brincarem ao redor das casas de farinha, mas logo são chamadas por suas mães para retornarem ao trabalho e, assim, as ajudarem a aumentar sua produtividade diária.

No tocante às relações de trabalho encontradas nas poucas casas de farinha comunitárias que continuam funcionando no território do Agreste Potiguar, afirmamos que essas ocorrem da mesma maneira que aconteciam anteriormente na realização das chamadas farinhadas. As casas de farinha comunitárias são hoje utilizadas por famílias que se reúnem num determinado período do ano para fabricar uma quantidade de farinha que atenda à sua necessidade de subsistência até o próximo ano. Por vezes, quando há algum excedente, essas famílias vendem a farinha ou a trocam por outros produtos que necessitam.

Para utilizar essas casas, as famílias pagam uma porcentagem sobre o que é produzido aos responsáveis por elas. Essa porcentagem estava, no período de desencadeamento da pesquisa, em torno de 15% a 20% da produção, sendo chamada pelos agrestinos, assim como anteriormente, de conga. Portanto, vemos que o funcionamento das casas de farinha comunitárias na atualidade ocorre da mesma maneira como funcionavam antigamente as casas de farinha privadas no Agreste Potiguar. Os responsáveis por aqueles estabelecimentos, que deveriam ser os líderes ou fazer parte das associações, as quais deveriam ser as verdadeiras responsáveis pelas casas comunitárias, integram, na verdade, relações em que desempenham o papel de proprietários das casas, cobrando valores para que os agrestinos as utilizem. Uma responsável por uma casa comunitária no município de Bom Jesus nos disse que a conga cobrada serve para fazer a manutenção da casa de farinha. Contudo, o péssimo estado de conservação em que se encontram essas casas, em todo o Agreste, nos levam a duvidar da correta aplicação desse valor cobrado das famílias agrestinas que utilizam os referidos estabelecimentos.

Nas casas de farinha, vem sendo produzida a farinha branca, de granulometria fina, média e grossa. Em algumas dessas casas, também se produz a farinha amarela, fina ou média, a qual se diferencia daquela apenas pelo acrescimento de um tipo de corante à farinha branca. Na maioria das casas de farinha, comercializam-se esses tipos de farinha em sacos de 50 quilos, que eram vendidos, entre os meses de julho e setembro de 2009, por valores em torno de R\$ 45,00. Em algumas dessas casas, sobretudo nas localizadas em Brejinho e em Boa Saúde, a farinha está sendo embalada em pacotes de 1 quilo, que constituem fardos formados por 25 quilos. Esses fardos eram vendidos, no período citado, por valores em torno de R\$ 25,00 a R\$ 30,00.

Nas indústrias de farinha estão sendo produzidas também a farinha branca (fina, média e grossa) e a farinha amarela (fina e média). Nesses estabelecimentos, a farinha é sempre embalada em pacotes de 1 quilo, que constituem os fardos de 25 quilos. Em algumas indústrias também são produzidos os sacos de 50 quilos de farinha. Os preços de comercialização são os mesmos citados no parágrafo anterior.

Em Vera Cruz, na “Indústria dos Anjos”, no momento de realização da pesquisa, estava sendo testada a fabricação de farofa com três variedades de sabor: alho e cebola, bacon e calabresa. Essas variedades estavam sendo colocadas no mercado aos poucos, em pacotes personalizados de 0,5 quilo.

Assim, fica evidente que a modernização da atividade mandioqueira vem causando a necessidade de se agregar valor à farinha comum, atendendo às exigências do mercado.

Um fato interessante a ser destacado, especificamente em relação à Vera Cruz e Brejinho, os municípios que comandam a modernização da atividade no Agreste, é que observamos, durante a pesquisa empírica, que a farinha produzida em Vera Cruz parecia ser de melhor qualidade do que a produzida em Brejinho. Isso devido à melhor organização das indústrias daquele município em relação às indústrias deste, no tocante aos cuidados com a higiene do ambiente de trabalho e com o estabelecimento de um determinado padrão de qualidade dos produtos.

Todavia, quando analisamos os preços de venda da farinha no mercado e a comercialização desse produto em grandes redes de supermercados, sobretudo na capital do estado, notamos que há um maior destaque da farinha produzida em Brejinho. Essa farinha é mais cara do que a produzida nos outros municípios do Agreste: um saco de 50 quilos de farinha era vendido em Brejinho por valores em torno dos R\$ 55,00, ou seja, geralmente, R\$ 10,00 mais caro do que o valor de comercialização nos outros municípios; um fardo com 25 quilos de farinha custava em torno de R\$ 30,00, ou seja, R\$ 5,00 mais caro do que o valor de comercialização em outros municípios. Nesse contexto, uma pesquisa feita por Pessôa e Borba (2009), sobre o mercado farinheiro no Rio Grande do Norte, mostrou que a farinha de Brejinho é a que ocupa, predominantemente, as prateleiras dos grandes supermercados localizados em Natal.

Os proprietários das casas ou das indústrias de farinha de Brejinho atribuem o valor mais caro da farinha que produzem e a maior presença desse produto nos supermercados da capital à melhor qualidade da farinha produzida neste município. Perguntamos a esses proprietários, então, quais elementos diferenciavam a farinha de Brejinho da farinha produzida nos outros municípios do Agreste. Eles nos disseram que da farinha produzida em Brejinho não se retira a goma, o que dá um melhor sabor ao produto. Entretanto, essa não é uma particularidade da farinha de Brejinho: também em casas ou em indústrias de farinha de Vera Cruz e de Boa Saúde, por exemplo, não vem sendo retirada a goma da farinha, o que não vem garantindo à farinha produzida nestes municípios o mesmo sucesso alcançado pela farinha produzida naquele.

Na verdade, o que diferencia a farinha de Brejinho da produzida nos outros municípios do Agreste Potiguar é a “marca Brejinho de qualidade” em relação àquele produto. Essa marca vem sendo construída pelo discurso popular e pelas autoridades de Brejinho há anos. Quando chegamos neste município, nos deparamos com uma placa de boas-vindas com os seguintes dizeres: “bem-vindo à Brejinho. Aqui se faz a melhor farinha do Rio Grande do Norte”. Quando conversamos com pessoas mais velhas, que residem no Agreste, e lhes perguntamos onde podemos comprar uma farinha de boa qualidade, eles sempre diziam: “em Brejinho”. Até mesmo as embalagens da farinha produzida neste município propagam esse pressuposto de tradição no tocante à produção e à qualidade da farinha.

Portanto, criou-se um estereótipo em relação a este município no tocante à farinha aí produzida, que acaba sendo positivo para os proprietários das casas ou das indústrias de farinha locais. Diante disso, podemos dizer que a farinha está para Brejinho assim como o picolé está para Caicó, o queijo e a carne seca estão para o Seridó etc. A “farinha de Brejinho” é na verdade uma marca criada historicamente e que vem sendo mantida e até mesmo reforçada no contexto atual.

A produção semanal da maioria das casas de farinha do Agreste Potiguar estava, no momento da pesquisa, entre os 300 e 500 sacos de 50 quilos. Nas indústrias, estavam sendo produzidos entre 300 e 500 fardos de 25 quilos de farinha por semana. Vários proprietários desses estabelecimentos disseram que não aumentam a produção devido aos baixos e irregulares preços que são pagos pela farinha, os quais lhes deixam, muitas vezes, em condições de dificuldade para manter seus estabelecimentos funcionando significativamente.

Sobre isso, perguntamos a esses proprietários quais são as dificuldades que eles vêm enfrentando para manterem as casas ou as indústrias de farinha funcionando de maneira eficaz. Diante desse questionamento, várias dificuldades foram citadas, dentre as quais destacamos: inexistência

de muitos compradores de farinha, o que leva à formação de um cartel em relação ao preço desse produto; falta de trabalhadores, devido à migração de muitas pessoas para as cidades e também a implementação de vários programas governamentais assistencialistas, que, segundo os proprietários, fazem com que as pessoas não queiram mais trabalhar ; altos custos com água, na produção da farinha; altos custos com a manutenção de caminhões usados para buscar a mandioca e entregar a farinha; falta de capital para investir em melhoramentos nas casas ou nas indústrias de farinha; às vezes, falta mandioca, devido a questões climáticas (seca ou muita chuva) e econômicas (os produtores diminuem as plantações diante dos baixos preços que lhes são pagos); altos gastos com lenha (proveniente do próprio município em que está a casa ou a indústria de farinha ou de municípios próximos), para aquecer os fornos dos estabelecimentos; dificuldades burocráticas para ter acesso a créditos visando investir em melhoramentos nas casas ou nas indústrias; inexistência de ações eficazes do governo para com o setor mandioqueiro; desorganização do setor (não há fiscalização sobre a qualidade da farinha produzida, fazendo com que várias casas de farinha produzam mercadorias ruins e mais baratas); questões trabalhistas ; e as rígidas fiscalizações empreendidas pela vigilância sanitária (em relação à higiene e à qualidade dos produtos) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) (em relação ao desmatamento da lenha) .

Apesar da imensa gama de dificuldades citadas pelos proprietários, podemos afirmar, diante das nossas observações, que esses agentes vivem em situações muito melhores do que as vivenciadas pelos produtores de mandioca e pelos trabalhadores das casas ou das indústrias de farinha. Os proprietários desses estabelecimentos não são empresários riquíssimos, que detêm grandiosas quantias de capital. Pelo contrário, trabalham arduamente em suas casas ou indústrias, às vezes juntamente com suas famílias, em busca de sua renda para a obtenção de sua sobrevivência. Entretanto, esses agentes não vivem em situações de extrema pobreza, como aqueles, nem mesmo têm os frutos de seu trabalho explorados incessantemente. Assim, dizemos que os proprietários das casas ou das indústrias de farinha do Agreste são trabalhadores que vêm conseguindo viver em melhores situações do que os produtores e trabalhadores, no contexto atual do perverso sistema capitalista. Isso pode ser compreendido quando dizemos que os proprietários desses estabelecimentos são os detentores dos meios de produção na atividade mandioqueira, comumente subordinando, em torno de seus interesses, os outros agentes participantes da atividade.

Vale ainda dizer que alguns proprietários das casas ou das indústrias de farinha do Agreste Potiguar ocupam posições de destaque nos poderes públicos dos municípios desse território. Presenciamos proprietários que ocupavam o cargo de secretário municipal de agricultura, de vereador e de vice-prefeito, assim como um caso em que um grande produtor de mandioca e parceiro de um proprietário de uma indústria era o ex-prefeito e o pai do atual prefeito de um município do Agreste. Sendo assim, vemos que agentes hegemônicos da atividade mandioqueira vêm obtendo destaque nas relações de poder em municípios do território em questão.

Nesse momento, faz-se necessário destacarmos como que a produção da farinha nas casas e nas indústrias de farinha do Agreste Potiguar vem ocorrendo, diante das transformações técnicas que vêm sendo implementadas nesses estabelecimentos. A organização do processo de fabricação da farinha nesses estabelecimentos é bastante parecida, mudando apenas no tocante aos instrumentos técnicos utilizados em cada tipo de estabelecimento e, como já foi destacado, à maior preocupação que há nas indústrias no tocante à higiene do ambiente de trabalho e ao estabelecimento de um padrão de qualidade para a farinha produzida.

Nas casas de farinha, a transformação da mandioca em farinha ocorre, no momento atual, da seguinte maneira: 1) as raspadeiras descascam a mandioca; 2) os ajudantes lavam as raízes descascadas; 3) essas raízes são postas pelos ajudantes no rolete elétrico, sendo, assim, trituradas e transformadas numa massa; 4) manualmente, o prenseiro prensa a massa decorrente do rolete, retirando dela a manipueira; 5) também de maneira manual, o forneiro ou o prenseiro peneira a massa prensada; 6) o forneiro torra a massa enfarinhada no forno elétrico; 7) em algumas casas de farinha, os ajudantes passam a farinha num triturador, deixando-a com granulometria fina ou média;

e 8) o forneiro ensaca a farinha, geralmente, em sacos de 50 quilos; 9) a farinha é comercializada em mercados, feiras e armazéns pelos motoristas desses estabelecimentos ou por intermediários que compram a farinha diretamente nas casas de farinha.

O que mudou basicamente no processo atual de transformação da mandioca em farinha nas casas de farinha, em relação ao processo que era implementado nesses estabelecimentos antes da modernização da atividade, foi o uso de alguns instrumentos técnicos movidos a energia elétrica, como o rolete, o forno e o triturador que transforma a granulometria da farinha. Essas mudanças técnicas colocam em tela, no processo atual, relações de trabalho capitalistas, marcadas por assalariamento de acordo com a produtividade do trabalho, e um sentido totalmente comercial no tocante à fabricação da farinha, diferente do processo anterior, que era perpassado por relações de compadrio entre os agentes que faziam a farinha e por um sentido de subsistência na produção desta, que era meramente um gênero alimentício, tornando-se hoje uma mercadoria.

Nas indústrias, o processo de transformação da mandioca em farinha é fundamentado em máquinas, ocorrendo da seguinte maneira: 1) a mandioca é, geralmente, descascada por meio do trabalho efetuado pelas raspadeiras, quando não há uma máquina que efetue essa tarefa; 2) as raízes descascadas são encaminhadas por um ajudante a uma máquina que as lava; 3) automaticamente, a mandioca é levada ao moedor, onde será transformada em massa; 4) o prenseiro encaminha a massa decorrente do moedor à prensa elétrica, a qual retira a manipueira; 5) a massa desprovida da manipueira é conduzida pelo peneirador à peneira elétrica, onde irá ser enfarinhada; 6) no forno elétrico, o forneiro torra a massa enfarinhada, que é transformada em farinha; 7) a farinha é passada pelos ajudantes no classificador de granulometria, tornando-a média ou fina; 8) a farinha classificada e preparada com corantes ou sabores é despejada pelos embaladores em uma máquina que providencia o ensacamento em embalagens personalizadas de um quilo que constituirão fardos compostos por 25 quilos de farinha; e, 9) depois de constituídos os fardos, a farinha é comercializada pelos motoristas ou pelos promotores de venda das indústrias de farinha em mercados, ou vendida a intermediários que se encarregam de distribuí-la.

Para efeito de comparação, colocamos em tela, a seguir, o quadro 1, contendo, lado a lado, as características gerais dos processos de transformação da mandioca em casas e em indústrias de farinha do Agreste Potiguar. Ao observarmos esse quadro, percebemos que as organizações desses processos são bastante parecidas, só havendo diferenças consideráveis no tocante às técnicas utilizadas nas casas (onde algumas técnicas são movidas a eletricidade e outras a força humana) e nas indústrias de farinha (onde todo o processo é calcado em máquinas).

A modernização da atividade mandioqueira no Agreste Potiguar não causa apenas transformações técnicas e nas relações de trabalho, mas também na organização desse território. Inicialmente, apresentamos um recorte espacial fundamentado numa regionalização proposta pelo poder público estadual, quando dissemos que nossa área de análise espacial seria a correspondente aos municípios que integram a microrregião do Agreste Potiguar, denominada no trabalho de “território do Agreste Potiguar”.

Todavia, a partir das observações e das análises feitas com a realização da pesquisa empírica, é preciso rever esse recorte espacial. Isso devido ao fato de podermos afirmar que, diante do atual contexto de modernização da atividade em tela, cria-se um território composto pelos municípios que participam efetiva e intensivamente do circuito espacial de produção, transformação e comercialização da mandioca. Esse território, aqui denominado por nós de “território mandioqueiro do Agreste Potiguar” (figura 5), é composto por quatorze municípios que integram a microrregião do Agreste Potiguar, a saber: Vera Cruz, Brejinho, Lagoa Salgada, Lagoa de Pedras, Boa Saúde, Lagoa d’Anta, Serra Caiada, Serrinha, Nova Cruz, Santo Antônio, Bom Jesus, Elói de Souza, Monte Alegre e Passa e Fica.

As maiores densidades técnicas no atual contexto da modernização da atividade encontram-se nos municípios de Vera Cruz e Brejinho, merecendo ser destacado também o município de Lagoa Salgada, onde se localiza a indústria de goma existente no território. Naqueles municípios estão

sediadas as indústrias de farinha, as quais comandam o processo de modernização estudado por meio de relações em que produtores de mandioca e demais trabalhadores da atividade mandioqueira são subordinados aos interesses dos proprietários dessas indústrias. A produção de mandioca desencadeada nestes três municípios serve, basicamente, para abastecer as casas ou as indústrias de farinha (no caso de Lagoa Salgada, as casas de farinha e a indústria de goma) aí localizadas.

Quadro 1 - Comparação dos processos de transformação da mandioca em casas ou em indústrias de farinha do Agreste Potiguar

ETAPAS DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA MANDIOCA EM FARINHA	CASAS DE FARINHA	INDÚSTRIAS DE FARINHA
Descasca da mandioca	É realizada por raspadeiras.	Quando não há máquina que faça a descasca, o serviço é realizado manualmente.
Lavagem das raízes descascadas	É feita manualmente.	É feita numa máquina lavadora de mandioca.
Moagem das raízes lavadas	As raízes lavadas são postas no rolete elétrico, onde são moídas.	Automaticamente, as raízes lavadas são encaminhadas ao rolete elétrico (nestes estabelecimentos, chamado de moedor), onde são moídas.
Prensagem da massa de mandioca	A massa decorrente do rolete é prensada manualmente, para a retirada da manipueira.	A massa decorrente do moedor é levada manualmente à prensa elétrica, onde será prensada.
Peneiragem da massa prensada	A peneiragem da massa prensada é feita manualmente, visando <i>enfarinhá</i> essa massa.	A massa prensada é levada manualmente à peneira elétrica, onde será <i>enfarinhada</i> .
Torrefação da massa <i>enfarinhada</i>	A massa <i>enfarinhada</i> é torrada por forneiros em fornos elétricos, sendo, dessa maneira, preparada a farinha.	A massa <i>enfarinhada</i> é colocada por forneiros em fornos elétricos, onde será torrada e transformada em farinha.
Classificação da granulometria da farinha	A farinha é passada num triturador, deixando-a com granulometria fina ou média.	Um ajudante dos forneiros passa a farinha num triturador (chamado nestes estabelecimentos de classificador de granulometria), visando preparar, assim, a farinha fina e a farinha média.
Embalamento da farinha	É feito manualmente, geralmente, em sacos de 50 quilos.	A farinha produzida é despejada em uma máquina embaladora, por meio da qual serão geradas embalagens de 1 quilo de farinha. Após isso, são formados fardos de 25 quilos de farinha.

Organização: Diego Salomão C. O. Salvador, 2009.

Nos outros municípios (Lagoa de Pedras, Boa Saúde, Lagoa d'Anta, Serra Caiada, Serrinha, Nova Cruz, Santo Antônio, Bom Jesus, Elói de Souza, Monte Alegre e Passa e Fica), produz-se mandioca, de maneira geral, para abastecer as casas de farinha existentes localmente, as localizadas em municípios próximos e as indústrias sediadas em Vera Cruz, Brejinho e Lagoa Salgada.

Como já destacamos, à medida que o processo de modernização se intensifica, as casas de farinha existentes no território, tanto nos municípios que comandam esse processo quanto naqueles que têm como principal função a produção da mandioca, estão sendo modernizadas, isso com o objetivo de transformá-las em indústrias de farinha, o que vem ocorrendo de maneira acentuada em Vera Cruz, Brejinho e Boa Saúde.

A farinha produzida nesse território mandioqueiro é distribuída em mercados (de pequeno, médio e grande porte), em feiras e/ou em armazéns locais ou da capital do estado, assim como é repassada para intermediários de vários municípios do Rio Grande do Norte (Santa Cruz, Tangará, São Paulo do Potengi, Parnamirim, Caicó, Mossoró, Currais Novos, Extremoz), que a comercializam em seus municípios de origem e em outros mercados do território potiguar. Dessa maneira, poderíamos nos arriscar a dizer que o “território mandioqueiro do Agreste Potiguar” pode também ser chamado de “território mandioqueiro do Rio Grande do Norte”, pelo fato da farinha produzida nesse território abranger mercados de todas as regiões do Rio Grande do Norte. Além disso, a farinha

proveniente desse território é adquirida por compradores (intermediários) de Pernambuco, da Paraíba, do Ceará e da Bahia, que se encarregam de abastecer os mercados de farinha desses estados. Sendo assim, podemos afirmar que a mandioca e a farinha do referido território mandioqueiro atingem âmbitos externos a esse território. Isso nos levou a perguntar para alguns desses intermediários o porquê deles virem comprar mandioca e farinha no Agreste Potiguar. As respostas dadas por esses agentes nos indicaram que o território estudado por nós é um dos principais territórios mandioqueiros do Nordeste brasileiro.

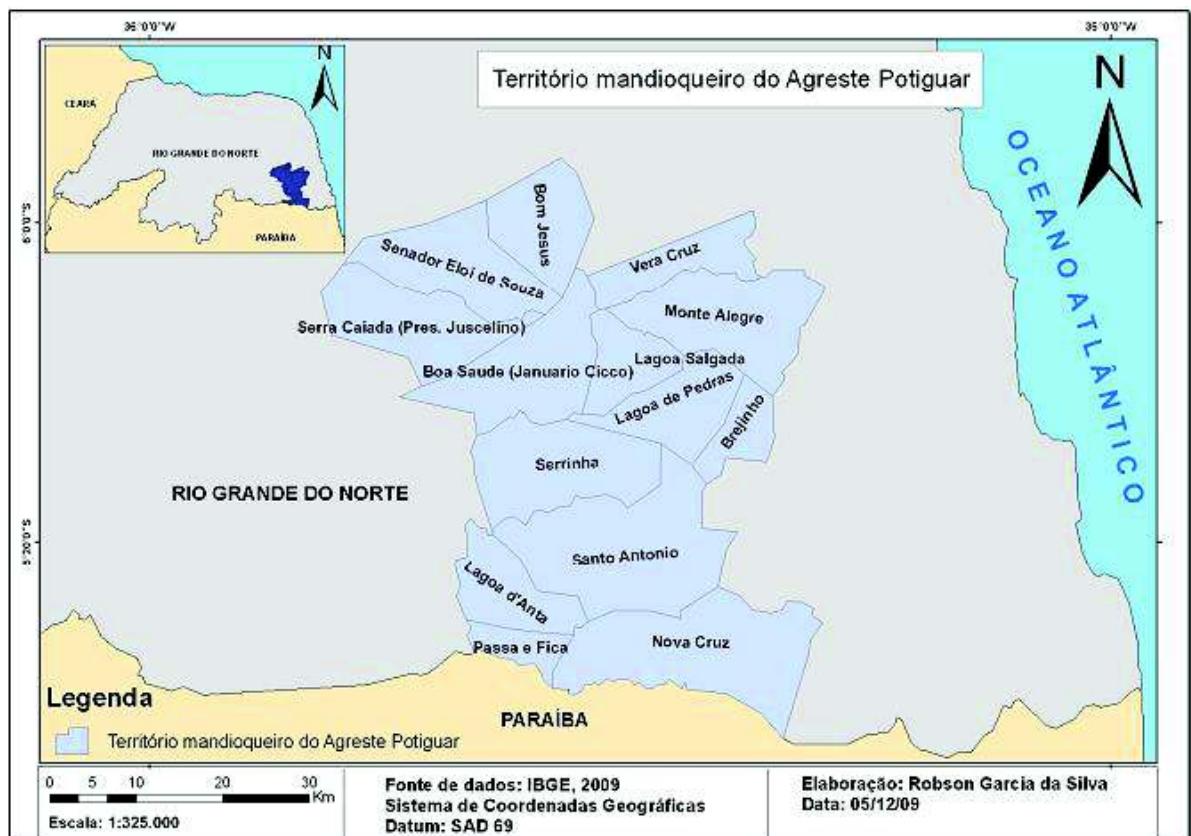


Figura 5 - Território mandioqueiro do Agreste Potiguar no âmbito do Rio Grande do Norte

Fonte de dados: IBGE, 2009.

Organização: Diego Salomão C. O. Salvador, 2010.

Vale ainda frisar que a proposição da existência de um território mandioqueiro no Rio Grande do Norte não segue, a priori, os dados estatísticos de produção da mandioca. Propomos a existência desse território a partir da análise do circuito espacial de produção, transformação e comercialização da mandioca, elencando os municípios que participam intensivamente desse circuito. Coincidentemente ou não, esses municípios vêm tendo, na última década, as maiores produções de mandioca no âmbito do Rio Grande do Norte. O que queremos frisar é que esses números não são o fundamento da nossa proposição, mas sim o desencadear do circuito espacial da atividade mandioqueira no contexto da modernização dessa atividade, bem como o destaque dessa atividade no uso atual do referido território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, enfatizamos que, nesse contexto de modernização, a mandioca não é mais um mero gênero de subsistência no Agreste Potiguar. A mandioca é hoje uma mercadoria que é produzida e transformada, sobretudo nas indústrias, de acordo com determinados padrões pré-estabelecidos,

visando prover o abastecimento de mercados do Rio Grande do Norte e de outros estados do Nordeste.

As mudanças que vêm ocorrendo na atividade mandioqueira desencadeada no Agreste Potiguar nos fazem discordar da afirmação de Burnier (2000), quando diz que não se registram inovações na mandiocultura nacional, a qual se caracteriza por ser uma cultura rústica, típica de subsistência. De fato, a atividade mandioqueira, em âmbito nacional, ainda é marcada por características de produção “rústicas” e/ou “tradicionais”, assim como também se mantém, em alguns espaços e para alguns produtores, como uma cultura destinada, principalmente, à subsistência. Todavia, não podemos afirmar que essa atividade não vêm sendo perpassada por mudanças, acompanhando o processo de modernização da agricultura brasileira. No caso do Agreste Potiguar, essas mudanças são explícitas. Desse maneira, consideramos as palavras de Burnier (*Ibid.*) como sendo generalizadoras e, de certa forma, desconectadas de aspectos revelados na realidade.

Por fim, evidenciamos que Leão (2000), ao estudar a modernização da agricultura nacional por meio dos padrões de produtividade e eficiência técnica, dá relevo ao fato de que, ao analisarmos a modernização de determinada atividade da agricultura, não devemos limitar nossas compreensões apenas às mudanças na produção, na transformação e na comercialização dos produtos dessa atividade, mas também devemos voltar nossas atenções às questões sociais advindas ou intensificadas no âmbito desse processo de modernização. Assim sendo, a partir das abordagens realizadas nesse trabalho, entendemos ser necessário analisarmos, em outra oportunidade, a contribuição do processo de modernização da atividade mandioqueira para o desenvolvimento territorial do Agreste Potiguar. Faremos isso num próximo artigo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BURNIER, D. M. de F. **Agricultura brasileira**: a produção de alimentos. 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CONCEIÇÃO, A. J. **A mandioca**. São Paulo: Nobel, 1980.
- COSTA, A. A. da. Desenvolvimento local: gestão do território em pequenas cidades do Agreste Potiguar. **Sociedade e Território**, Natal, v. 17, n. 1-2, jan./dez. 2005.
- DAMASCENO, A. V. C. **A cultura da produção de farinha**: um estudo da matemática nos saberes dessa tradição. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- GIRARDI, E. P. **Atlas da questão agrária brasileira**. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/>>. Acesso em: 13 mai. 2009.
- GONÇALVES, F. E. **Cidades pequenas, grandes problemas**: perfil urbano do Agreste Potiguar. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 11 out. 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA)**: Agreste Potiguar. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/unit.asp?codunit=6148&z=t&o=4&i=P>>. Acesso em: 03 nov. 2009.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DO MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE. **Perfil dos municípios do Agreste Potiguar**. Disponível em: <http://www.rn.gov.br/secretarias/idema/perfil_municipio.asp>. Acesso em: 21 mai. 2008.
- LEÃO, C. **Determinação do padrão de produtividade e de eficiência técnica da agricultura brasileira, 1970-1995**. 2000. Tese (Doutorado em Economia Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- MELO, M. L. *Os Agrestes*: estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos. Recife: SUDENE, 1980.
- NOVACK, G. ; TROTSKY, L. ; MORENO, N. **La ley del desarrollo desigual y combinado**. Cd. de Mé-

- xico: Ediciones Quinto Sol, 1981.
- PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos campões**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- PESSÔA, M. P. D. ; BORBA, M. S. A. **Informação de mercado para o setor farinheiro do Rio Grande do Norte**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/DowContador?OpenAgent&unid=8E618668957EE6078325742D004CE7AC>>. Acesso em 03 nov. 2009.
- QUEIROZ, G. M. de. ; CAVALCANTE, M. L. S. ; MAGALHÃES, J. A. de. **Produtor de mandioca**. Fortaleza: Edições Demócrata Rocha; Instituto Centro de Ensino Tecnológico, 2002.
- ROMÃO, M. C. et al. **Produto, emprego e distribuição de renda no Rio Grande do Norte**. Recife: FIERN/UFPE, 1987.
- SALES, T. **Agreste, Agrestes**: transformações recentes na agricultura nordestina. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, 1982.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M. ; SOUZA, M. A. A. de. ; SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1996. p. 15-20.
- SHANIN, T. Lições camponesas. Tradução de Marta Inez Medeiros Marques e Clifford Andrew Welch. In: PAULINO, E. T. ; FABRINI, J. E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. p. 23-47.
- TAKAHASHI, M. Fertilidade do solo para a cultura da mandioca. In: TAKAHASHI, M. ; FONSECA JÚNIOR, N. da S. ; TORRECILLAS, S. M. (orgs.) **Mandioca no Paraná: antes, agora e sempre**. Curitiba: IAPAR, 2002. p. 95-112.

Trabalho enviado em setembro de 2010
Trabalho aceito em dezembro de 2010